



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS
ATOrd 1000879-90.2021.5.02.0351
RECLAMANTE: JACKSON PAULINO DA SILVA
RECLAMADO: BUDAI INDUSTRIA METALURGICA LTDA E OUTROS (3)

Edital de Leilão Judicial Unificado

Vara do Trabalho de Jandira/SP

Processo nº 1000879-90.2021.5.02.0351

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 07/05/2026, às 11:06 horas, através do portal do leiloeiro Eduardo Jordão Boyadjian- <http://www.leilaovip.com.br/> serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: JACKSON PAULINO DA SILVA, CPF: 408.728.228-77, exequente, e BUDAI INDUSTRIA METALURGICA LTDA, CNPJ: 61.394.243/0001-46; LUIZ CARLOS NYARI, CPF: 569.629.088-49; JOSE ANTONIO NYARI, CPF: 569.629.168-68; MARIO JORGE NYARI, CPF: 535.702.608-44 , executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 73.899, DO 1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE OSASCO/SP. CONTRIBUINTE: 23224.44.32.0357.01.069.01. DESCRIÇÃO: Apartamento nº 86, localizado no 8º andar do EDIFÍCIO THE PREMIUM FLAT, situado na Rua Alice Manholer Piteri, nº 131, Vila Osasco, na cidade de Osasco, com área privativa de 35,680m², área comum de 51,554m², área total de 87,234m² e uma fração ideal de 0,74074%, no terreno condominial. A essa unidade autônoma corresponde o direito ao uso de 01 (uma) vaga indeterminada de garagem, para estacionamento de automóvel de passeio, situada em um dos sub-solos do Edifício, em local indeterminado a ser utilizada com auxílio obrigatório de manobrista. Certificou o Oficial de Justiça (Id. 13144ed): “No local funciona o Hotel The Premium e, atendido na recepção, fui informado de que o imóvel objeto do mandado integra o “pool hoteleiro”, empreendimento onde diversos proprietários de um imóvel, flat ou apartamento, transferem sua gestão para uma administradora hoteleira. Desse modo, o

apartamento matrícula 73.899 não possui um ocupante permanente, mas apenas os hóspedes clientes do hotel. As despesas condominiais são de responsabilidade do hotel e não há débitos de IPTU, conforme certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Osasco. O flat/apartamento é composto por uma pequena sala, separada do dormitório por um móvel. Há ainda uma sacada e uma pequena cozinha, além do banheiro (...)"'. OBSERVAÇÕES: 1) HÁ ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NÃO BAIXADA. 2) HÁ INDISPONIBILIDADES. 3) Conforme despacho do Juízo da Execução (Id. 54057e3): "(...) o silêncio será interpretado como quitação do Contrato de Alienação Fiduciária indicado no registro n. 02, constante na matrícula 73.899, do 1º CRI de Osasco". 4) Verificou-se que o expediente restou silente com relação a eventual isenção dos créditos tributários para o arrematante, assim, ante a informação supra, à luz do decidido pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais e nos termos do art. 1º, § 7º do Provimento GP/CR nº 07 /2021, o arrematante adquire o bem livre de quaisquer ônus tributários. Ficarão a cargo do arrematante os débitos (propter rem) de natureza não tributária que constarem expressamente do edital (art. 1º, § 8º do referido provimento)." VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 321.000,00 (trezentos e vinte e um mil reais).

Local dos bens: Rua Alice Manholer Piteri, nº 131, apto 86, Centro, Osasco/SP.

Total da avaliação: R\$ 321.000,00 (trezentos e vinte e um mil reais)

Lance mínimo do leilão: 60%.

Leiloeiro Oficial: Eduardo Jordão Boyadjian.

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: contato@hastavip.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às

seguintes condições:

- a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;
- b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;
- c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.
- d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).
- e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.
- f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.
- f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.
- g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.

SAO PAULO/SP, 12 de dezembro de 2025.

MOISES NALBATIAN

Servidor



Documento assinado eletronicamente por MOISES NALBATIAN, em 12/12/2025, às 09:54:28 - f13fa68
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25121209541769300000435964611?instancia=1>
Número do processo: 1000879-90.2021.5.02.0351
Número do documento: 25121209541769300000435964611